

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA INPA – INDÚSTRIA DE EMBALAGENS SANTANA S.A.

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

- (a) **INPA – INDÚSTRIA DE EMBALAGENS SANTANA S.A.**, sociedade anônima sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.524.952/0001-00, com sede na Rua Inpa, nº 186, Centro, cidade de Pirapetinga, Estado de Minas Gerais, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social (“Emissora”),

como agente fiduciário da presente emissão e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das Debêntures,

- (b) **PENTÁGONO S.A. DTVM**, instituição financeira com sede na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Av. das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representado nos termos do seu Estatuto Social (“Agente Fiduciário”),

na qualidade de garantidores,

- (c) **DIRCEU MARTINS**, brasileiro, casado, portador do RG nº 13.700.434 e inscrito no CPF/MF sob o nº 625.700.217-68, residente e domiciliado na Rua do Santíssimo, nº 37, cidade de Pirapetinga, Estado de Minas Gerais (“Dirceu”), e
- (d) **DELVAN LIMA TELLES**, brasileiro, casado, portador do RG nº 1.011.924 e inscrito no CPF/MF sob o nº CPF nº 250, residente e domiciliado na Av. Peregrino Júnior – Edifício Heron Leikr, apto. 1102, cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (“Delvan”), e, em conjunto com Dirceu, os “Garantidores”),

(a Emissora, o Agente Fiduciário e os Garantidores são referidos conjuntamente como “Partes” e, individualmente, como “Parte”),

vêm celebrar o presente “Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da INPA – Indústria de Embalagens Santana S.A.”

(“Escritura de Emissão” e “Emissão”, respectivamente), em observância às seguintes Cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DAS DEFINIÇÕES

1.1. Termos definidos na presente Escritura de Emissão terão o seguinte significado:

- 1) “AGE” tem o significado que lhe é atribuído no item 2.1 da presente Escritura de Emissão;
- 2) “Afiladas” significa, em relação a determinada pessoa, seus controladores, controladas e pessoas sob controle comum;
- 3) “Agente Fiduciário” tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo;
- 4) “ANBIMA” significa a Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais;
- 5) “Anexo” significa cada um dos Anexos à presente Escritura de Emissão;
- 6) “Assembleia Geral de Debenturistas” tem o significado que lhe é atribuído no item 7.1 da presente Escritura de Emissão;
- 7) “BACEN” significa o Banco Central do Brasil;
- 8) “Banco Mandatário” tem o significado que lhe é atribuído no item 3.7.1 da presente Escritura de Emissão;
- 9) “BDMG” significa o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, empresa pública inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 38.486.817/0001-94;
- 10) “BNDES” significa o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;
- 11) “Cláusula” significa cada uma das cláusulas da presente Escritura de Emissão;
- 12) “CETIP” significa a CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos;
- 13) “Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos” tem o significado que lhe é atribuído no item 4.14.1(a) da presente Escritura de Emissão;

- 14) "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios" tem o significado que lhe é atribuído no item 4.14.1(b) da presente Escritura de Emissão;
- 15) "Contrato de Distribuição" significa o "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, em Regime de Garantia Firme, da 1ª Emissão da INPA – Indústria de Embalagens Santana S.A.", celebrado entre a Emissora e os Coordenadores;
- 16) "Contratos de Garantia" significa, conjuntamente, o Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos e o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios;
- 17) "Contratos Financeiros em Aberto" tem o significado que lhe é atribuído no item 3.5.1. da presente Escritura de Emissão;
- 18) "Coordenador Líder" significa o Banco Itaú BBA S.A.;
- 19) "Coordenadores" significa, conjuntamente, o Coordenador Líder, o HSBC, o Santander e o Votorantim;
- 20) "Correios" significa Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos;
- 21) "CVM" significa a Comissão de Valores Mobiliários;
- 22) "Data de Emissão" tem o significado que lhe é atribuído no item 4.2.1 da presente Escritura de Emissão;
- 23) "Data de Pagamento" tem o significado que lhe é atribuído no item 4.9.2 da presente Escritura de Emissão;
- 24) "Data de Pagamento de Principal" tem o significado que lhe é atribuído no item 4.8.1 da presente Escritura de Emissão;
- 25) "Data de Pagamento de Remuneração" tem o significado que lhe é atribuído no item 4.9.2 da presente Escritura de Emissão;
- 26) "Data de Vencimento" tem o significado que lhe é atribuído no item 4.7.1 da presente Escritura de Emissão;
- 27) "Debêntures" tem o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo;



Getúlio Vargas;

- 42) "Instituição Depositária" tem o significado que lhe é atribuído no item 3.7.2 da presente Escritura de Emissão;
- 43) "Instrução CVM 28" significa a Instrução nº 28, de 23 de novembro de 1983, da CVM, conforme alterada;
- 44) "Instrução CVM 358" significa a Instrução nº 358, de 3 de janeiro de 2002, da CVM, conforme alterada;
- 45) "Instrução CVM 476" significa a Instrução nº 476, de 16 de janeiro de 2009, da CVM, conforme alterada;
- 46) "Instrução CVM 480" significa a Instrução nº 480, de 7 de dezembro de 2009, da CVM, conforme alterada;
- 47) "Investidores Qualificados" tem o significado que lhe é atribuído no artigo 4º da Instrução CVM 476;
- 48) "JUCEMG" significa a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais;
- 49) "Lei das Sociedades por Ações" significa a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada;
- 50) "Mudança Adversa Relevante" significa (i) qualquer efeito prejudicial e relevante na situação (financeira ou de outra natureza), negócio, bens e/ou resultados operacionais da Emissora ou de quaisquer de suas controladas; (ii) qualquer efeito prejudicial e relevante nos poderes ou capacidade jurídica e/ou econômico-financeira da Emissora de cumprir com suas obrigações decorrentes dos Documentos da Operação; ou (iii) qualquer efeito prejudicial e relevante que afete ou que possa afetar as garantias reais prestadas nos Documentos da Operação;
- 51) "Obrigações" significa as obrigações assumidas pela Emissora nos Documentos da Operação;
- 52) "Oferta de Resgate" tem o significado que lhe é atribuído no item 4.10.2 da presente Escritura de Emissão;
- 53) "Oferta Restrita" tem o significado que lhe é atribuído no item 2.2.1 da presente Escritura de Emissão;

- 54) "Parte" e "Partes" têm o significado que lhe é atribuído no Preâmbulo;
- 55) "Partes Relacionadas" tem o significado que lhe é atribuído nas normas contábeis brasileiras adotadas pela CVM;
- 56) "Período de Capitalização" tem o significado que lhe é atribuído no item 4.9.3 da presente Escritura de Emissão;
- 57) "Prazo de Pagamento" tem o significado que lhe é atribuído no item 3.5.1(a) da presente Escritura de Emissão;
- 58) "Preço de Resgate" tem o significado que lhe é atribuído no item 4.10.2.1 da presente Escritura de Emissão.
- 59) "Principal" significa única e exclusivamente o somatório do Valor Nominal Unitário das Debêntures;
- 60) "Remuneração" tem o significado que lhe é atribuído no item 4.9.1 da presente Escritura de Emissão;
- 61) "Resgate Antecipado" significa o resgate antecipado de Debêntures cujos titulares tenham aceitado a Oferta de Resgate nos termos definidos na presente Escritura de Emissão;
- 62) "Santander" significa o Banco Santander (Brasil) S.A.;
- 63) "SND" tem o significado que lhe é atribuído no item 2.6.1 da presente Escritura de Emissão;
- 64) "SDT" tem o significado que lhe é atribuído no item 2.6.1 da presente Escritura de Emissão;
- 65) "Taxa DI" significa a variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, "*over extra grupo*", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (www.cetip.com.br);
- 66) "Termos e Condições Gerais dos Contratos BNDES" significa as "Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES", conforme anexo da Resolução 665/87, de 10 de dezembro de 1987, do BNDES, conforme alterada;
- 67) "Valor Nominal Unitário" tem o significado que lhe é atribuído no item 4.3.1 da presente Escritura de Emissão;



68) “Votorantim” significa o Banco Votorantim S.A.

1.2. Termos definidos na forma singular terão o mesmo significado quando utilizados no plural, e vice-versa.

Cláusula Segunda – DAS AUTORIZAÇÕES E DOS REQUISITOS

2.1. A celebração da presente Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia dos quais a Emissora é parte, bem como a realização da Oferta Restrita, foram autorizadas por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 1º de agosto de 2011 (“AGE”), nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

2.2. Dispensa de Registro na CVM e na ANBIMA

2.2.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com a intermediação dos Coordenadores, nos termos da Instrução CVM 476 (“Oferta Restrita”).

2.2.2. Nos termos da Instrução CVM 476, a Oferta Restrita está automaticamente dispensada do registro perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores.

2.2.3. A Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro perante a ANBIMA, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”.

2.3. Registro na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais e Publicação das Atas

2.3.1. A ata da AGE foi registrada na JUCEMG em 11 de agosto de 2008 e será publicada no DOMG e nos jornais utilizados pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações, quais sejam o Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e o jornal Hoje em Dia.

2.4. Inscrição desta Escritura de Emissão na JUCEMG e Registro em Cartório de Registro de Títulos e Documentos

2.4.1. A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão inscritos na JUCEMG, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações, e, em virtude da fiança prestada pelos Garantidores no item 4.15 desta Escritura de Emissão, e registradas nos competentes Cartórios

de Registro de Títulos e Documentos da sede da Emissora e do Agente Fiduciário e do domicílio dos Garantidores.

2.5. Registro da Garantia Adicional Real

2.5.1. Até a data de subscrição das Debêntures, cada um dos Contratos de Garantia deverá ter sido registrado pela Emissora em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede da Emissora e do Agente Fiduciário, e um comprovante de tais registros deverá ter sido entregue ao Agente Fiduciário.

2.6. Registro para Distribuição e Negociação

2.6.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”) e do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.6.2. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados, e depois de decorridos 90 (noventa) dias da respectiva subscrição ou aquisição, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e do cumprimento, pela Emissora, do disposto no artigo 17 da referida Instrução.

Cláusula Terceira – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Séries

3.1.1. A Emissão será realizada em série única.

3.2. Valor Total da Emissão

3.2.1. O valor total da Emissão será de R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais) na Data de Emissão.

3.3. Quantidade de Debêntures

3.3.1. Serão emitidas 75 (setenta e cinco) Debêntures.

3.4. Objeto Social da Emissora

3.4.1. A Emissora tem como objeto social a fabricação, a comercialização, a importação e a exportação de papéis, caixas e outros produtos elaborados à base de papel e papel ondulado, e o transporte rodoviário de cargas.

3.5. Destinação de Recursos

3.5.1. Os recursos decorrentes da subscrição e integralização das Debêntures deverão ser utilizados pela Emissora no reforço de capital de giro da Emissora, incluindo, obrigatoriamente, o pagamento integral de suas obrigações principais e acessórias, decorrentes dos contratos identificados no "Anexo II" à presente Escritura de Emissão ("Contratos Financeiros em Aberto"), o que deverá ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias contados da data da primeira subscrição e integralização de Debêntures ("Prazo de Pagamento").

3.5.2. A Emissora deverá, no prazo de até 1 (um) Dia Útil após findo respectivo Prazo de Pagamento, encaminhar ao Agente Fiduciário as comprovações de pagamento integral dos respectivos Contratos Financeiros em Aberto emitidas pela instituição credora, as quais deverão estar em formato satisfatório para o Agente Fiduciário.

3.6. Número da Emissão

3.6.1. A presente Escritura de Emissão representa a 1ª (primeira) emissão pública de debêntures da Emissora.

3.7. Banco Mandatário e Instituição Depositária

3.7.1. O banco mandatário da Emissão é o ITAÚ UNIBANCO S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário").

3.7.2. A instituição depositária da Emissão é a ITAÚ CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS S.A, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Instituição Depositária").

Cláusula Quarta – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Colocação e Plano de Distribuição



4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob regime de garantia firme para a totalidade das Debêntures, com a intermediação dos Coordenadores.

4.1.2. Em observância ao disposto na Instrução CVM 476, a Oferta Restrita será destinada exclusivamente a Investidores Qualificados, observado que (i) somente será permitida aos Coordenadores a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados e (ii) as Debêntures somente poderão ser subscritas e integralizadas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

4.1.3. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP.

4.1.4. No ato de subscrição das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando estar cientes de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão.

4.2. Data de Emissão das Debêntures

4.2.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 21 de setembro de 2011 ("Data de Emissão").

4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.3.1. O valor nominal unitário de cada Debênture, na Data de Emissão, será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.4. Forma, Conversibilidade e Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.4.1. As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada por meio de extrato da conta de depósito emitido pela Instituição Depositária e, adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, será expedido extrato pela CETIP em nome dos Debenturistas que igualmente servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.



4.5. Espécie

4.5.1. As Debêntures serão da espécie com garantia real, conforme especificado no item 4.14 abaixo.

4.6. Preço de Subscrição e Forma de Integralização

4.6.1. As Debêntures serão subscritas por seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva integralização, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.

4.7. Prazo de Vencimento

4.7.1. As Debêntures terão prazo de vigência de 60 (sessenta) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 21 de setembro de 2016 ("Data de Vencimento").

4.8. Amortização Programada

4.8.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em conformidade com o cronograma de pagamentos de Principal constante do "Anexo I" (cada data de pagamento de Principal indicada no "Anexo I", uma "Data de Pagamento de Principal"). Caso qualquer Data de Pagamento de Principal venha a incidir em dia que não seja Dia Útil, a Emissora efetuará tal pagamento no 1º (primeiro) Dia Útil imediatamente posterior.

4.8.2. Aplicar-se-á o disposto no item 4.8.1 acima na hipótese de qualquer valor devido nos termos desta Escritura de Emissão, caso a data prevista para seu pagamento coincida com dia que não seja um Dia Útil, conforme definido no item 4.17 (abaixo).

4.9. Remuneração

4.9.1. As Debêntures farão jus a remuneração equivalente a 100% (cem por cento) da Taxa DI, acrescida exponencialmente de *spread* de 4,00% (quatro inteiros por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, em cada Data de Pagamento de Remuneração, na Data de



Vencimento ou na data do vencimento antecipado ou Resgate Antecipado das Debêntures, conforme o caso, , de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1);$$

Onde,

J valor da Remuneração devida em cada Data de Pagamento de Remuneração, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe Valor Nominal Unitário de Emissão das Debêntures (ou o saldo do Valor Nominal Unitário) no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator de Juros Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Fator de Juros} = \text{FatorDI} \times \text{FatorSpread};$$

Onde,

FatorDI produtório das Taxas DI-Over com uso do percentual aplicado da data de início do Período de Capitalização (inclusive) até a Data de Pagamento de Remuneração (exclusive), calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k);$$

Onde,

n número total de Taxas DI-Over consideradas na apuração do "Fator DI", sendo "n" um número inteiro;

k número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 até n;

TDI_k Taxa DI de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Onde,

k 1, 2, ... n;

DI_k Taxa DI-Over de ordem k divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

FatorSpread sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DUP}}{252}} \right] \right\};$$

Onde,

spread 4,0000 (quatro inteiros);

DUP número de dias úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, e a data de cálculo em questão (exclusive), sendo "DUP" um número inteiro. Fica desde já estabelecido que, nas Datas de Pagamento de Remuneração, a data de cálculo deve ser considerada como sendo a própria Data de Pagamento de Remuneração em questão.

Observações:

- (i) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP;
- (ii) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (iii) Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;

- (iv) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- (v) O fator resultante da expressão ($\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread}$) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.9.2. A Remuneração será devida mensalmente, no dia 21 de cada mês, sendo a primeira parcela devida em 21 de outubro de 2011 e a última na Data de Vencimento (cada uma, uma "Data de Pagamento de Remuneração" e, em conjunto com cada Data de Pagamento de Principal, uma "Data de Pagamento"). Caso qualquer Data de Pagamento de Remuneração venha a incidir em dia que não seja Dia Útil, a Emissora efetuará tal pagamento no 1º (primeiro) Dia Útil imediatamente posterior.

4.9.3. O período de capitalização da Remuneração é o intervalo de tempo que se inicia (i) na Data de Emissão (inclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização, ou (ii) na Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior (inclusive), no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento de Remuneração, do respectivo período (exclusive) ("Período de Capitalização").

4.9.4. Cada Período de Capitalização sucede o anterior, sem solução de continuidade, até a liquidação integral das Debêntures.

4.9.5. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes da presente Escritura de Emissão não houver divulgação da Taxa DI_k pela CETIP, será utilizada na apuração de TDI_k a última Taxa DI_k divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI_k que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI_k for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos itens abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

4.9.6. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI_k por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias consecutivos contados (i) do primeiro dia em que a Taxa DI_k não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos, ou (ii) do primeiro dia em que a Taxa DI não possa ser utilizada por proibição legal ou judicial, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos previstos no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e na presente Escritura de Emissão) para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13, de 14 de março de 2003 e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures. Até a deliberação desse novo parâmetro de



remuneração, a última Taxa DI_k divulgada será utilizada na apuração do Fator DI quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.9.7. Caso não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) das Debêntures em circulação, nos termos do item 4.9.6 acima, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por umas das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar ao Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- a) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) Dias Úteis contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, mediante pagamento do saldo do Principal das Debêntures acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento de Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, a Taxa DI_k a ser utilizada para a apuração de TDI_k no cálculo da Remuneração será a última Taxa DI_k disponível; ou
- b) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, em cronograma de amortização a ser estipulado pela Emissora e aprovado pelos Debenturistas, o qual não excederá a Data de Vencimento. Nesta alternativa, caso a Emissora pretenda realizar a amortização das Debêntures em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares de Debêntures em circulação. Durante o cronograma estipulado pela Emissora e aprovado pelos Debenturistas para amortização das Debêntures e até a amortização integral das Debêntures em circulação, as Debêntures farão jus à nova remuneração a ser acordada entre a Emissora e os Debenturistas. Caso não ocorra a aprovação por Debenturistas representando, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) das Debêntures em circulação, do cronograma proposto pela Emissora e da nova remuneração aplicável às Debêntures, deverá ser obrigatoriamente observado pela Emissora o quanto disposto no item 4.9.7, alínea (a) acima.

4.9.8. Farão jus à Remuneração e ao pagamento de Principal os Debenturistas que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil anterior a cada Data de Pagamento de Remuneração e de cada Data de Pagamento de Principal, respectivamente.

4.9.9. As Debêntures não terão seu Valor Nominal Unitário atualizado monetariamente.

4.10. Oferta de Resgate Antecipado

4.10.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar oferta de resgate total das Debêntures em circulação, desde que tal oferta de resgate seja feita simultaneamente para totalidade dos titulares das Debêntures em circulação e em condições idênticas a todos ("Oferta de Resgate").

4.10.2. A Oferta de Resgate será realizada mediante comunicação ao Agente Fiduciário e à totalidade dos Debenturistas, com antecedência de, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis da data prevista para o resgate, o qual deverá especificar, no mínimo, (i) preço de resgate que será equivalente a, no mínimo, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração devida até a data da liquidação da Oferta de Resgate ("Preço de Resgate"), (ii) eventual prêmio de resgate a ser oferecido pela Emissora ao seu exclusivo critério, se for o caso; (iii) forma de pagamento, que deverá ser obrigatoriamente realizado em moeda corrente nacional, (iv) prazo e condições do pagamento e (v) forma e procedimento de aceitação da Oferta de Resgate, que será realizado fora do âmbito da CETIP.

4.10.2.1. A Oferta de Resgate deverá permanecer aberta pelo período mínimo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da comunicação ao Agente Fiduciário referida no item 4.10.2 acima.

4.10.2.2 O Resgate Antecipado de todas as Debêntures deverá ocorrer em uma única data e só será realizado se contar com a aprovação da totalidade das Debêntures em Circulação.

4.10.2.3. Caso as Debêntures não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, a liquidação do Resgate Antecipado será realizada junto ao Banco Mandatário, fora do ambiente da CETIP. Caso as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente junto à CETIP, o procedimento de Resgate Antecipado deverá seguir os procedimentos definidos pela CETIP. Para tal, a Emissora e o Agente Fiduciário deverão comunicar a CETIP com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da realização do Resgate Antecipado.

4.10.2.4. Não será admitida Oferta de Resgate parcial ou amortização antecipada facultativa pela Emissora.

4.11. Vencimento Antecipado

4.11.1. Observado o disposto nos itens 4.11.2 a 4.11.5 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora, observado o disposto nos itens 4.11.2 a 4.11.6 abaixo, após

tomar conhecimento da ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses ("Eventos de Vencimento Antecipado"):

- (i) não pagamento, pela Emissora das obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 1 (um) Dia Útil;
- (ii) (a) decretação de falência da Emissora e/ou de quaisquer de suas controladas diretas ou indiretas; (b) pedido de autofalência pela Emissora e/ou por quaisquer de suas controladas diretas ou indiretas; (c) pedido de falência da Emissora e/ou de quaisquer de suas controladas diretas ou indiretas formulado por terceiros não elidido no prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora e/ou de quaisquer de suas controladas diretas ou indiretas, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (e) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou de quaisquer de suas controladas diretas ou indiretas;
- (iii) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista nos Documentos da Operação (excetos os inadimplementos referidos nas demais alíneas deste item 4.11.1), não sanada no prazo de 5 (cinco) dias contados da data do recebimento, pela Emissora, de comunicação escrita que lhe for enviada pelo Agente Fiduciário;
- (iv) caso as declarações ou garantias prestadas pela Emissora em quaisquer dos Documentos da Operação sejam ou se mostrem imprecisas, falsas ou incorretas, desde que, sendo passíveis de remediação, tais declarações ou garantias imprecisas, falsas ou incorretas não sejam corrigidas, dentro do prazo de 5 (cinco) dias após sua verificação ou, sendo corrigidas, não deixem de surtir efeitos;
- (v) inadimplemento ou vencimento antecipado de qualquer obrigação da Emissora e/ou quaisquer de suas controladas diretas ou indiretas para com qualquer dos Coordenadores ou sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico de quaisquer dos Coordenadores, desde que tal inadimplemento não seja sanado dentro dos prazos de cura ou retificação previstos nos respectivos instrumentos, caso aplicável;
- (vi) ressalvado o subitem (i) acima, inadimplemento ou vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras devidas pela Emissora e/ou por quaisquer de suas controladas diretas ou indiretas, cujo valor principal individual ou agregado seja igual ou superior a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), desde que tal inadimplemento não seja sanado dentro dos prazos de cura ou retificação previstos nos respectivos instrumentos, caso aplicável;

- (vii) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (viii) anulação, nulidade ou declaração de inexecutabilidade de qualquer dos Documentos da Operação e/ou de qualquer das garantias reais prestadas nos respectivos Documentos da Operação;
- (ix) alteração ou modificação do objeto social da Emissora e/ou de quaisquer de suas controladas diretas ou indiretas, que possa alterar substancialmente o ramo de negócios atualmente explorado por qualquer desses;
- (x) aprovação de reorganização societária (incluindo incorporação (inclusive de ações), operações de fusão, cisão ou incorporação) que envolva a Emissora e/ou quaisquer de suas controladas diretas ou indiretas, exceto se a transação tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim;
- (xi) ocorrência de uma mudança de controle direta ou indireta da Emissora e/ou de quaisquer de suas controladas diretas ou indiretas, assim entendido o evento do qual resulte que os atuais acionistas controladores diretos ou indiretos da Emissora deixem de ser detentores, direta ou indiretamente, de pelo menos 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias ou das ações representativas do capital social total da Emissora e/ou de quaisquer das suas controladas diretas ou indiretas;
- (xii) a concessão, por parte da Emissora, de empréstimos, adiantamentos, ou de qualquer outra modalidade de financiamento e/ou a compra e/ou a recompra de bens e direitos de titularidade e/ou de emissão da Emissora por qualquer Parte Relacionada da Emissora;
- (xiii) ocorrência de qualquer procedimento de sequestro, arresto ou penhora de ativos da Emissora (incluindo sobre qualquer ativo objeto dos Contratos de Garantia) e/ou de qualquer de suas controladas diretas ou indiretas, cujo valor contábil individual ou agregado apurado em determinado momento represente mais de 15% (quinze por cento) do ativo consolidado da Emissora, levantado à época com base nas demonstrações financeiras consolidadas mais recentes da Emissora, exceto se tal procedimento for suspenso, sobrestado, revertido ou extinto no prazo de até 15 (quinze) dias contados da ocorrência do respectivo evento;
- (xiv) protesto(s) contra a Emissora e/ou quaisquer de suas controladas diretas ou indiretas, cujo valor individual ou agregado não pago, em conjunto ou isoladamente, ultrapasse R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), ou seu equivalente em outras moedas, salvo se: (i) o(s)



protesto(os) tiver(em) sido efetuado(s) por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovados, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado do recebimento de comunicação, pela Emissora, acerca do protesto; (ii) o(s) protesto(s) for(em) cancelado(s) ou sustado(s) antes de tal prazo; ou (iii) forem prestadas antes de tal prazo garantias suficientes em juízo juntamente com medidas de sustação devidamente comprovadas;

- (xv) inadimplemento pela Emissora e/ou por quaisquer de suas controladas diretas ou indiretas, de decisão ou sentença judicial transitada em julgado ou qualquer decisão ou sentença arbitral não sujeita a recurso, cujo valor individual ou agregado não pago, em conjunto ou isoladamente, ultrapasse R\$200.000,00 (duzentos mil reais), ou seu equivalente em outras moedas;
- (xvi) redução do capital social da Emissora e/ou de qualquer de suas controladas diretas ou indiretas, exceto se a redução tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim;
- (xvii) descumprimento da destinação dos recursos captados por meio da Oferta Restrita, conforme prevista no item 3.5 e seguintes desta Escritura de Emissão;
- (xviii) suspensão, por iniciativa da Emissora, da negociação ou do registro de negociação das Debêntures junto à CETIP;
- (xix) não reforço ou substituição das garantias objeto dos Contratos de Garantias, observados os termos, condições e prazos de cura neles estabelecidos;
- (xx) não observância, pela Emissora, dos seguintes índices financeiros, calculados de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, ao término de cada exercício social, apurados a partir das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora e relatórios financeiros consolidados, auditados pela Empresa de Auditoria. Os índices financeiros aqui mencionados serão calculados pela Emissora levando-se em conta os resultados consolidados da Emissora e verificados pelo Agente Fiduciário, com base na comunicação enviada pela Emissora ao Agente Fiduciário, juntamente com os demonstrativos financeiros referidos no item 5.1, alínea (a)(i), que deve incluir a memória de cálculo, com as contas abertas, de todas as rubricas necessárias para a obtenção dos referidos índices financeiros, e de declaração, assinada por dois diretores da Emissora, atestando o cumprimento dos referidos índices financeiros, bem como as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, se aplicável, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora e/ou à Empresa de Auditoria todos os esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

- a) a razão entre EBITDA e Despesas Financeiras, em qualquer exercício social a partir da Data de Emissão e até o pagamento integral das obrigações decorrentes das Debêntures, deverá ser superior a 2,0x; e
- b) a razão entre a Dívida Líquida e EBITDA não poderá ser superior a:
- i. para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, 2,3x;
 - ii. para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, 2,1x;
 - iii. para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, 2,0x;
 - iv. para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, 1,8x; e
 - v. para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, 1,6x.

Para esses fins, considera-se:

- (I) “EBITDA”, para cada exercício social, o somatório do lucro/prejuízo antes de deduzidos (i) os tributos e contribuições, (ii) as despesas de depreciação e amortização, (iii) as despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, (iv) as despesas operacionais não recorrentes deduzidas das receitas operacionais não recorrentes, (v) a equivalência patrimonial e (vi) a participação de acionistas minoritários, ocorridos no mesmo período;
- (II) “Despesas Financeiras”, para cada exercício social, o saldo dos juros sobre dívidas financeiras, mútuos, títulos e valores mobiliários, deságio na cessão de direitos creditórios, custos de estruturação de operações bancárias ou de mercado de capitais, variações monetárias e cambiais passivas, despesas relacionadas instrumentos derivativos (incluindo operações de *hedge*), excluindo juros sobre o capital próprio;
- (III) “Dívida Líquida”, Dívida Bruta menos Caixa e Aplicações Financeiras;
- (IV) “Dívida Bruta”, o somatório das dívidas onerosas consolidadas junto a pessoas físicas e/ou jurídicas, exceto contas a pagar com fornecedores, incluindo, mas não limitado a: empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais local e/ou

internacional, o somatório dos avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de pessoas físicas e/ou empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, antecipação de recebíveis com co-obrigação, dividendos declarados e ainda não pagos e o saldo a pagar de operações de derivativos (incluindo operações de *hedge*), sendo expressamente excluídas as Dívidas Excluídas; e

(V) "Caixa e Aplicações Financeiras", o saldo em caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata que não estejam submetidos a qualquer ônus, impedimento ou gravame.

- (xxi) caso o montante das Dívidas Excluídas da Emissora e/ou de suas controladas diretas ou indiretas supere, a qualquer momento, o valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), sem aprovação prévia de Debenturistas representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim;
- (xxii) pagamento pela Emissora de dividendos, juros sobre capital próprio, ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, salvo se expressamente aprovado por Debenturistas titulares de 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação reunidos em Assembleia Geral convocada especialmente para este fim, salvo quando se tratar de pagamentos de dividendos (incluindo, mas não se limitando ao mínimo obrigatório) ou juros sobre capital próprio, limitados a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do respectivo exercício, efetuados com base em balanço anual auditado por Empresa de Auditoria, e nesta hipótese, desde que a Emissora esteja em completo e total adimplemento desta Escritura e dos demais Contratos de Garantia, assim como, após o respectivo pagamento seja observada *pro forma* a totalidade dos índices e razões financeiros estabelecidos na alínea "xx" acima, o que fica desde já autorizado;
- (xxiii) não manutenção, pela Emissora, de seus registros contábeis de forma precisa e completa, sujeitos à auditoria pela Empresa de Auditoria; e
- (xxiv) não apresentação, pela Emissora ao Agente Fiduciário, de autorização do BNDES para a realização da Emissão e celebração dos Contratos de Garantia, no prazo de até 90 (noventa) dias contados da Data de Emissão (renováveis por mais 90 (noventa) dias desde que a Emissora fundamente o pedido de prorrogação), exceto se a Emissora liquidar antecipadamente seus contratos financeiros que estão sujeitos aos Termos e Condições Gerais

dos Contratos BNDES, conforme solicitado pela Emissora ao BNDES previamente à Data de Emissão.

4.11.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos subitens (i), (ii), (v), (vi), (vii), (viii), (x), (xiii), (xiv), (xv), (xvi), (xviii) e (xix) do item 4.11.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, conforme o *caput* do item 4.11.1 acima, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, ficando o vencimento condicionado ao envio de comunicação escrita nesse sentido, pelo Agente Fiduciário à Emissora.

4.11.3. Na ocorrência dos demais eventos previstos no item 4.11.1 acima que não aqueles listados no item 4.11.2 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que o Agente Fiduciário tomar conhecimento do evento, Assembleia Geral de Debenturistas, para deliberar sobre o eventual não vencimento antecipado das Debêntures. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere este item deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo de 8 (oito) dias, a contar da data da segunda convocação, se aplicável.

4.11.4. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o item 4.11.3 acima poderá, por deliberação dos Debenturistas que representem 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures.

4.11.5. Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia dos titulares das Debêntures mencionada no item 4.11.4 acima, por ausentes os necessários requisitos legais e contratuais, ou (ii) de não ser expressamente rejeitado o vencimento antecipado das Debêntures na referida Assembleia, o Agente Fiduciário deverá declarar imediatamente o vencimento antecipado das Debêntures.

4.11.6. Na hipótese de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a pagar o saldo do Principal das Debêntures, acrescido da Remuneração devida e ainda não paga, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração, imediatamente anterior, conforme o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos até tal data nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo os Encargos Moratórios, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da comunicação, pelo Agente Fiduciário, da declaração do vencimento antecipado. Caso o pagamento referido neste item seja realizado por meio da CETIP, a CETIP deverá ser comunicada, pela Emissora, com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

4.12. Cancelamento das Debêntures Objeto de Vencimento Antecipado e/ou Resgate Antecipado

4.12.1. As Debêntures objeto do procedimento descrito no item (4.11.6) acima serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

4.13. Multa e Juros Moratórios

4.13.1. Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo da Remuneração prevista nesta Escritura de Emissão, sujeitos a, independentemente de aviso, comunicação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) multa convencional, irredutível e não compensatória de 2,00% (dois por cento), e (ii) juros moratórios à razão de 1,00% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso ("Encargos Moratórios").

4.14. Garantias Reais

4.14.1. As Debêntures contarão com as seguintes garantias reais:

- (a) alienação fiduciária de equipamentos, nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos e Outras Avenças" a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas ("Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos"); e
- (b) cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Emissora, nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças" a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios"), sendo certo a garantia objeto do referido contrato será constituída nos prazos e condições constantes do referido contrato.

4.15. Garantia Fidejussória

4.15.1. Como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, cada um dos Garantidores, de forma irrevogável e irretratável, presta fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se como fiadores e principais pagadores, em caráter solidário, pelo pagamento de quaisquer valores devidos nos termos desta Escritura.

4.15.2. Cada um dos Garantidores, mediante autorização de seus respectivos cônjuges que assinam a presente Escritura de Emissão, declara-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiador e

principal pagador, em caráter solidário, pela totalidade da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, inclusive, mas não limitados, aos valores devidos ao Agente Fiduciário.

4.15.3. Os valores devidos nos termos da presente Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, aos montantes de Principal, Remuneração e Encargos Moratórios, serão devidos e deverão ser pagos pelos Garantidores nas respectivas Datas de Pagamento e/ou imediatamente após a declaração do vencimento antecipado, cabendo ao Agente Fiduciário enviar comunicação aos Garantidores sobre a falta de pagamento, ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado e/ou declaração do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão. O pagamento será realizado pelos Garantidores no prazo de 2 (dois) Dias Úteis, contado a partir do recebimento de comunicação escrita enviada pelo Agente Fiduciário aos Garantidores, em conjunto ou isoladamente, informando-os sobre a falta de pagamento ou declaração do vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão. Os pagamentos serão realizados pelos Garantidores junto ao Banco Mandatário, fora do ambiente da CETIP.

4.15.4. Cada um dos Garantidores expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 824, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839, todos do Código Civil e artigo 77 e 595, do Código de Processo Civil brasileiro.

4.15.5. Cada Garantidor sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar a fiança objeto deste item (4.15).

4.15.6. A presente fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral de todos os valores devidos pela Emissora nos termos da presente Escritura de Emissão. Os Garantidores desde já reconhecem como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil Brasileiro, a data do pagamento integral de todos os valores devidos pela Emissora nos termos da presente Escritura de Emissão.

4.15.7. A presente fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes for necessário até a integral liquidação dos valores devidos nos termos da presente Escritura de Emissão.

4.15.8. Até a liquidação integral das Debêntures, cada um dos Garantidores se compromete a não cobrar, receber ou de qualquer outra forma demandar da Emissora e/ou do outro Garantidor o pagamento de qualquer valor pago por qualquer um dos Garantidores em decorrência da garantia solidária aqui prestada, seja por sub-rogação ou a qualquer outro título. Caso qualquer dos Garantidores receba qualquer pagamento de outro Garantidor e/ou da Emissora antes da liquidação

integral das Debêntures, em decorrência da obrigação solidária prestada nesta Escritura de Emissão, o respectivo Garantidor receberá tais valores em caráter fiduciário e se compromete a, independentemente de comunicação, notificação ou outra formalidade, transferir imediatamente ao Agente Fiduciário, em fundos imediatamente disponíveis e transferíveis, até o limite do saldo devedor das Debêntures, os recursos então recebidos. Ainda, a Emissora e cada um dos Garantidores concorda, em caráter irrevogável e irretratável, que a totalidade de suas respectivas obrigações aqui estipuladas não se subordinam, sob qualquer forma, às garantias reais estipuladas nesta Escritura de Emissão, sendo facultado ao Agente Fiduciário executar as garantias prestadas, em conjunto ou isoladamente, nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Operação da forma e modo neles estabelecidos.

4.15.9. A fiança prestada nos termos deste item (4.15) vincula cada um dos Garantidores, bem como seus sucessores a qualquer título, devendo seus sucessores, a qualquer título, assumirem prontamente a fiança prestada nos termos desta Escritura. Nesta hipótese, a presente Escritura de Emissão deverá ser aditada para que constem os dados do(s) sucessor(es) do(s) Garantidor(es).

4.15.10. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada por quaisquer dos Garantidores com o fito de se escusar do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.16. Local de Pagamento

4.16.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora por meio da CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP terão os seus pagamentos realizados junto à Instituição Depositária, fora do ambiente da CETIP.

4.17. Prorrogação dos Prazos

4.17.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária por quaisquer Partes, inclusive os Debenturistas, prevista nesta Escritura de Emissão, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o respectivo vencimento coincidir com dia em que não seja um Dia Útil, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.18. Publicidade

4.18.1. Todos os atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, deverão (i) se decorrentes de lei ou regulamentação em vigor ou por interesse da Emissora, ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no DOMG e no jornal utilizado pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações. A Emissora obriga-se a informar o Agente Fiduciário acerca de tais publicações com 3 (três) dias de antecedência, e (ii) nos demais casos, serão comunicados por escrito aos Debenturistas, comunicações estas que serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelos Correios ou por telegrama nos endereços dos Debenturistas; os originais dos documentos enviados por fac-símile ou por correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços acima referidos em até 3 (três) Dias Úteis do envio da mensagem.

Cláusula Quinta – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópias das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, auditadas ou com revisão limitada pelo Auditor Independente, nos prazos e forma especificados na presente Escritura de Emissão, acompanhadas (i) da memória de cálculo dos índices financeiros do item 4.11.1, alínea (xx) e (ii) de declaração assinada por 2 (dois) diretores estatutários da Emissora atestando o cumprimento das obrigações da Emissora descritas nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Operação;
- (ii) dentro de 15 (quinze) dias, qualquer informação que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, na medida necessária para que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
- (iii) "Avisos aos Debenturistas", fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração que se refiram à Emissão e às obrigações assumidas pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM 480 ou, se ali não previstos, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;

- (iv) informações sobre qualquer descumprimento de natureza pecuniária ou não, pela Emissora, não sanado, de quaisquer Cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão e/ou dos demais Documentos da Operação, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data em que tomar conhecimento do fato; e
 - (v) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Operação, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário ou que venham a ser por este solicitados para cumprir determinação estabelecida em regulamentação ou lei aplicável, ou decorrente de decisão judicial;
- (b) convocar, nos termos da Cláusula Sétima, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
 - (c) manter os bens e ativos oferecidos em garantia nos termos desta Escritura de Emissão, conforme o caso, segurados, conforme práticas de mercado;
 - (d) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu respectivo Estatuto Social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
 - (e) cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens emanadas de autoridades competentes e sentenças judiciais, em vigor no território brasileiro;
 - (f) manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, a Instituição Depositária, o Agente Fiduciário e sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário;
 - (g) manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações relevantes para a boa condução dos seus negócios;
 - (h) efetuar o pagamento de todas as despesas de que trata o item 5.2 desta Escritura de Emissão, desde que razoáveis necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão; e

- (i) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Operação, no que for aplicável.

5.2. Caberá à Emissora o pagamento das despesas incorridas pelo Agente Fiduciário necessárias para proteção dos Debenturistas e para realização de seus créditos, incluindo, sem limitação:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável; e
- (b) despesas com especialistas, assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de vencimento antecipado das Debêntures, bem como depósitos, custas e taxas judiciais de ações judiciais propostas pelos Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, ou decorrentes de ações intentadas contra estes, no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas.

5.2.1. Todas as despesas incorridas nos termos do item 5.2 acima com procedimentos legais, inclusive as administrativas, que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão (i) ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora imediatamente após solicitação recebida do Agente Fiduciário ou (ii) se razoáveis e necessárias para a preservação dos interesses dos Debenturistas, serão incorridas pelo Agente Fiduciário e ressarcidas pela Emissora no prazo de 10 (dez) dias. As despesas adiantadas pelos Debenturistas serão ressarcidas pela Emissora na proporção dos créditos dos Debenturistas à época em que tais despesas foram incorridas.

5.2.2. Eventuais despesas incorridas pelo Agente Fiduciário com depósitos de custas e verbas de sucumbência decorrentes de ações judiciais de que seja parte na qualidade de representante dos Debenturistas, serão suportadas pelos Debenturistas na hipótese de a Emissora permanecer inadimplente em relação a tais pagamentos por um período de 30 (trinta) dias. O Agente Fiduciário poderá solicitar aos Debenturistas que prestem garantia para cobertura dos riscos de sucumbência em ações judiciais de que seja parte na qualidade de representante dos Debenturistas.

5.3. Sem prejuízo de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se a, nos termos da Instrução CVM 476:

- (a) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer da Empresa de Auditoria, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento de cada exercício;

- (b) manter os documentos mencionados na alínea (a) acima em sua página na rede mundial de computadores por um prazo de 3 (três) anos;
- (c) observar as disposições da Instrução CVM 358, no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (d) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer "Fato Relevante", conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, e comunicar a ocorrência de tal Fato Relevante imediatamente ao Coordenador Líder; e
- (e) fornecer, inclusive ao Agente Fiduciário, sempre que assim demandada, todas as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.

Cláusula Sexta – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui como agente fiduciário da Emissão, a **Pentágono S.A. DTVM**, acima qualificada, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara sob as penas da lei, que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas as suas Cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo 3º do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações e a Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, ou demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular BACEN nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada, e das demais disposições emanadas do Banco Central do Brasil;
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- (j) é uma instituição financeira, estando devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras; e
- (k) esta Escritura de Emissão constitui obrigação válida e eficaz do Agente Fiduciário e exequível de acordo com os seus termos.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a liquidação integral das obrigações previstas na presente Escritura de Emissão ou até sua efetiva substituição.

6.4. Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e da Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário receberá a seguinte remuneração:

- (a) parcelas anuais de R\$13.600,00 (treze mil e seiscentos reais), devidas no 5º (quinto) dia útil após a assinatura da presente Escritura de Emissão, e as demais na mesma data dos anos subsequentes, até a liquidação integral das Debêntures, sendo que, em caso de inadimplemento pela Emissora das obrigações decorrentes da presente Escritura de Emissão, será devido ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho, pagas 05 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora, para assessoria aos Debenturistas em processo de renegociação das condições das Debêntures, bem como para (i) comparecimento em reuniões formais com Emissora e/ou Debenturistas e Assembleias Gerais de Debenturistas; e (ii) implementação das conseqüentes decisões tomadas pelos Debenturistas;

- b) as parcelas citadas no item "a" supra serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento de remuneração, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro-rata die*, se necessário.
- c) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida ao Agente Fiduciário nos termos deste item 6.4, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

6.4.1. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por este no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação.

6.4.2. As parcelas citadas nos itens acima serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

6.4.3. A remuneração não inclui despesas consideradas incorridas pelo Agente Fiduciário no desempenho de suas funções, que deverão ser pagas e/ou reembolsadas conforme item 5.2 da presente Escritura de Emissão.

6.4.4. A remuneração prevista neste item 6.4 será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na qualidade de agente fiduciário dos Debenturistas em função de inadimplemento da Emissora, remuneração essa que será calculada proporcionalmente aos meses de atuação do Agente Fiduciário.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;

- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCEMG e nos cartórios de registro de títulos e documentos competentes, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários à referida inscrição;
- (f) verificar a regularidade da constituição das garantias reais e fidejussórias, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exeqüibilidade;
- (g) examinar a proposta de substituição de bens dados em garantia, manifestando a sua expressa e justificada concordância;
- (h) intimar a Emissora a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- (i) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora e, também, da localidade onde se situe os bens dados em garantia;
- (j) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária da Emissora, mediante justificativa;
- (k) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões constantes de tais informações;
- (l) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa previstos no item 4.17 acima;



- (m) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (n) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora e, para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 15 (quinze) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM;
- (o) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível na sede da Emissora, na CVM, na sede do Agente Fiduciário e do Coordenador Líder;
- (p) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea anterior;
- (q) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, e à disposição da Emissora, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Mandatário, à Instituição Depositária e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Banco Mandatário, a Instituição Depositária e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referentes à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures e seus respectivos titulares;
- (r) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer; e
- (s) comunicar os Debenturistas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias da ciência da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP.

6.6. Sem prejuízo do disposto no item 4.11 acima, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora, nos termos da legislação de regência;
- (c) executar as garantias reais objeto do item 4.14. desta Escritura de Emissão, judicial ou extrajudicialmente, nos termos de cada Contrato de Garantia, recebendo o produto da cobrança e aplicando-o *pro rata* no pagamento dos Debenturistas; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a), (b) e (c) acima se, convocada Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade (totalidade) das Debêntures em circulação. Na hipótese prevista na alínea (d) do item 6.6 acima, o Agente Fiduciário se eximirá da responsabilidade ali descrita se, convocada Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação.

6.6.2. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 5 (cinco) Dias Úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará remuneração ao novo agente fiduciário superior à ora avençada.

6.6.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

6.6.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita a comunicação prévia à CVM e a sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

6.6.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCEMG junto com a presente.

6.6.5.1. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos do item 4.17 acima.

6.7. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo de valor acerca de qualquer fato que seja de competência da Assembleia Geral de Debenturistas, comprometendo-se nessa caso, tão-somente, a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao quanto previsto na Instrução n.º 28, de 23 de novembro de 1983, da CVM, conforme alterada, na presente Escritura de Emissão e nos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento de quaisquer responsabilidades adicionais.

6.8. Os atos ou manifestações, por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade aos Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

6.9. Os Debenturistas concordam que a garantia objeto do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios não será constituída antes da subscrição e integralização das Debêntures, mas somente em momento posterior, observados os procedimentos e prazos definidos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

Cláusula Sétima – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral ("Assembleia Geral de Debenturistas"), de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá, conforme quem a tenha convocado, na forma do item 7.2 desta Cláusula Sétima, respectivamente, ao Agente Fiduciário, à Emissora, ao titular de Debêntures eleito pelos demais Debenturistas presentes ou àquele que for designado pela CVM.

7.4. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação e em segunda convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, o número de Debêntures em circulação necessário para aprovação da matéria a ser deliberada, se aplicável.

7.5. Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, serão tomadas por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.

7.6. Quaisquer alterações (i) no prazo de vigência das Debêntures, (ii) na Remuneração (com exceção da deliberação de que trata o item 4.9.7 acima), (iii) no *quorum* de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas, e/ou (iv) nos Eventos de Vencimento Antecipado, conforme previstos nesta Escritura de Emissão e/ou nos demais Documentos da Operação, deverão ser aprovadas por Debenturistas representando 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação.

7.7. Para efeito da constituição do *quorum* de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas como "Debêntures em circulação" aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, excluídas do número de tais Debêntures (i) aquelas que a Emissora possuir em tesouraria e/ou (ii) que sejam pertencentes, direta ou indiretamente, ao acionista controlador da Emissora e/ou de quaisquer de suas Afiliadas.

7.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.9. O Agente Fiduciário deverá sempre comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

7.10. A Assembleia Geral de Debenturistas será convocada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

7.11. A Assembleia Geral objeto da segunda convocação deverá ser realizada, no mínimo, 8 (oito) dias após a data prevista para a realização da Assembleia Geral objeto da primeira convocação.

Cláusula Oitava – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1. A Emissora, neste ato, declara que:

- (a) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras, e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (b) encontra-se devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações, inclusive as societárias, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e demais Documentos da Operação, à emissão das Debêntures, à realização da Oferta Restrita e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto, exceto quanto aos requisitos descritos na Cláusula Segunda acima;
- (c) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculativas da Emissora, conforme o caso, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, exceto que sua execução esteja limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;
- (e) a celebração desta Escritura de Emissão e dos Documentos da Operação, o cumprimento de suas obrigações aqui e lá previstas, a emissão das Debêntures e a realização da Oferta Restrita não infringem ou contrariam: (a) qualquer contrato ou documento relevante para os negócios da Emissora, nem resultarão em (i) declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou documentos, (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto conforme previsto nos Documentos da Operação, ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou documentos; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento aplicáveis ao território brasileiro, a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;

- (f) tem, assim como suas controladas, todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- (g) cumpre, assim como suas controladas, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, relevantes e indispensáveis à condução de seus negócios, bem como a legislação trabalhista-previdenciária brasileira atualmente em vigor;
- (h) as informações fornecidas pela Emissora aos Investidores Qualificados no contexto da Oferta Restrita são e serão a todo tempo verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Qualificados uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita;
- (i) inexistem (i) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral, ou (ii) qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental em curso ou, em seu conhecimento, pendente, que possa vir a causar uma Mudança Adversa Relevante;
- (j) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (k) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI-Over, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures, inclusive nas hipóteses de vencimento antecipado, resgate antecipado e amortização nos termos desta Escritura de Emissão, foi acordada por livre vontade entre a Emissora e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé; e
- (l) tem ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures da mesma espécie que as Debêntures, dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

Cláusula Nona – DAS COMUNICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

INPA – Indústria de Embalagens Santana S.A.

Rua Inpa, nº 186, Centro

Pirapetinga – MG

At. Fernanda Lima Luz Sobrinho

Tel: (32) 3465-3093

Fax: (32) 2465-3001

E-mail: fernanda@inpa-embalagens.com.br

Para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. DTVM

Av. das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514 Rio de Janeiro – RJ
CEP 22.640-102

At.: Sr. Marco Ferreira (Backoffice) / Srta. Nathalia Machado (Jurídico)

Telefone: (21) 3385-4565

Fac-Símile: (21) 3385-4046

e-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br / juridico@pentagonotrustee.com.br

Para o Banco Mandatário:

Itaú Unibanco S.A.

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707, 7º andar
04309-010 – São Paulo – SP

At.: Sra. Maria Simionato

Telefone: (11) 5029-2139 / 5029-1963

Fax: (11) 5029-1920

E-mail: maria.simionato@itau-unibanco.com.br

Para a Instituição Depositária:

Itaú Corretora de Valores S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar
04538-152 – São Paulo – SP

At.: Sra. Claudia Vasconcellos

Telefone: (11) 5029-1910

Fax: (11) 5029-1920

E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

Para a CETIP:

CETIP S/A – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano
São Paulo - SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fac-símile: (11) 3111-1564

Correio Eletrônico: gr.debentures@cetip.com.br

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelos Correios, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

9.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra Parte pela Parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) dias contados da sua ocorrência.

9.4. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto no item 9.3 acima serão arcados pela Parte inadimplente.

Cláusula Dez - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda acima, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil brasileiro, reconhecendo a Emissora, desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

10.5. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido ou será encaminhado pela Emissora para basear suas decisões.

10.6. As Partes declaram e os Debenturistas ao adquirir as Debêntures reconhecem que os Documentos da Operação integram um conjunto de negociações de interesses recíprocos entre as Partes, de forma que nenhum instrumento pode ser interpretado e/ou analisado isoladamente.

Cláusula Onze – DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E, por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Pirapetinga, 21 de setembro de 2011

[RESTANTE DESTA PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]



PÁGINA DE ASSINATURAS DO "INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA INPA - INDÚSTRIA DE EMBALAGENS SANTANA S.A." - 1/3

INPA - INDÚSTRIA DE EMBALAGENS SANTANA S.A.

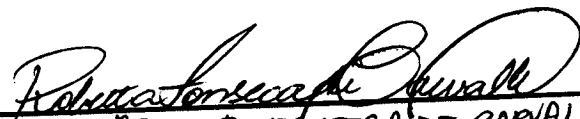
Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

[REstante DESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]

PÁGINA DE ASSINATURAS DO "INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA INPA - INDÚSTRIA DE EMBALAGENS SANTANA S.A." - 2/3

PENTÁGONO S.A. DTVM


Nome: ROBERTA FONSECA DE CARVALHO
Cargo: PROCURADORA
CPF: 132.823.007-41

Nome:
Cargo:

[RESTANTE DESTA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]

PÁGINA DE ASSINATURAS DO "INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA INPA - INDÚSTRIA DE EMBALAGENS SANTANA S.A." - 3/3

DIRCEU MARTINS

CPF: 625.700.217-68
RG: 13.700.434

DELVAN LIMA TELES

CPF: 250.797.007-34
RG: 1.011.924

MARIA CARMEN GUERRA MARTINS

CPF: 384.124.896-91
RG: M-879126

MARILIA MARTINS TELLES

CPF: 981.957.007-72
RG: 13.700.449

Testemunhas:

1. _____
Nome:
ID:
CPF/MF:

2. _____
Nome:
ID:
CPF/MF:

Anexo I

Cronograma de Pagamentos de Principal

Datas de Pagamento **Valor de Pagamento de Principal**
(% do Valor Nominal Unitário a ser
amortizado, informado com 4 casas decimais)

21/09/2012	2,0408
21/10/2012	2,0408
21/11/2012	2,0408
21/12/2012	2,0408
21/01/2013	2,0408
21/02/2013	2,0408
21/03/2013	2,0408
21/04/2013	2,0408
21/05/2013	2,0408
21/06/2013	2,0408
21/07/2013	2,0408
21/08/2013	2,0408
21/09/2013	2,0408
21/10/2013	2,0408
21/11/2013	2,0408
21/12/2013	2,0408
21/01/2014	2,0408
21/02/2014	2,0408
21/03/2014	2,0408
21/04/2014	2,0408
21/05/2014	2,0408
21/06/2014	2,0408
21/07/2014	2,0408
21/08/2014	2,0408
21/09/2014	2,0408
21/10/2014	2,0408
21/11/2014	2,0408
21/12/2014	2,0408
21/01/2015	2,0408
21/02/2015	2,0408
21/03/2015	2,0408
21/04/2015	2,0408
21/05/2015	2,0408
21/06/2015	2,0408
21/07/2015	2,0408
21/08/2015	2,0408

21/09/2015	2,0408
21/10/2015	2,0408
21/11/2015	2,0408
21/12/2015	2,0408
21/01/2016	2,0408
21/02/2016	2,0408
21/03/2016	2,0408
21/04/2016	2,0408
21/05/2016	2,0408
21/06/2016	2,0408
21/07/2016	2,0408
21/08/2016	2,0416
Data de Vencimento	100,0000

[REstante desta página foi intencionalmente deixado em branco]

Anexo II

Contratos Financeiros em Aberto

Número do Contrato	Espécie do Contrato	Instituição Credora	Saldo Devedor em 31/07/2011
343700793	Capital de Giro	Banco do Brasil	R\$ 623.076,90
83000-3	Capital de Giro	Banco do Brasil	R\$ 6.570.634,68
1162862	Capital de Giro	Banco Bradesco	R\$ 5.000.000,00
3706161	Capital de Giro	Banco Bradesco	R\$ 2.012.455,78
3722921	Capital de Giro	Banco Bradesco	R\$ 1.165.285,97
0000581-5	Capital de Giro	Caixa Econômica Federal	R\$ 2.000.000,00
1321-0304-24-000540	Capital de Giro	HSBC Bank Brasil	R\$ 299.321,48
1520-04226-20	Capital de Giro	HSBC Bank Brasil	R\$ 5.446.835,48
90011500	Capital de Giro	Banco Itaú	R\$ 5.658.835,88
90011500	Capital de Giro	Banco Itaú	R\$ 5.023.787,43
332048	Capital de Giro	Banco Santander	R\$ 5.041.444,16
332048	Capital de Giro	Banco Santander	R\$ 1.249.999,97
332780	Capital de Giro	Banco Santander	R\$ 2.401.091,76
332048	Capital de Giro	Banco Santander	R\$ 1.734.222,14
332048	Capital de Giro	Banco Santander	R\$ 2.156.405,98
1004805	Capital de Giro	Banco Safra	R\$ 2.000.000,00
1007910	Capital de Giro	Banco Safra	R\$ 2.000.000,00

1007995	Capital de Giro	Banco Safra	R\$ 2.000.000,00
1009165	Capital de Giro	Banco Safra	R\$ 1.200.000,00
TOTAL	-	-	R\$ 53.583.397,61

[REstante desta página foi intencionalmente deixado em branco]